

INSTITUTO SIVIS

Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações contábeis individuais de acordo
com as práticas adotadas no Brasil em
31 de dezembro de 2025
REA 270/2026

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	2
Balanços Patrimoniais.....	5
Demonstrações do Resultado do Exercício.....	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Associados do
INSTITUTO SIVIS
Curitiba – PR – Brasil

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Sivis (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e nas demonstrações do superávit ou déficit dos exercícios, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Sivis em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, elencadas na NBC TG 1000 (R1) Contabilidade para Pequenas e Médias Empresa e a ITG 2002 (R1) Entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não é uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas

conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Curitiba, 09 de setembro de 2026.

VBR Brasil – Valuconcept Auditores Independentes S/S
CRC 2PR008722/O-5

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Wesley Montechiari Figueira'.

Wesley Montechiari Figueira
Contador
CRC 1PR038884/O-7

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Tiago Andrade Mancarz'.

Tiago Andrade Mancarz
Contador
CRC 3PR064611/O-2



Ativo	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Circulante		<u>1.338.687</u>	<u>556.179</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.338.158	556.179
Tributos a recuperar		529	-
Não circulante		<u>-</u>	<u>61</u>
Imobilizado	5	-	61
Total do ativo		<u><u>1.338.687</u></u>	<u><u>556.240</u></u>
Passivo e patrimônio líquido	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Circulante		<u>127.617</u>	<u>69.291</u>
Contas a pagar	6	69.755	-
Obrigações tributárias		992	-
Obrigações sociais e trabalhistas	7	56.870	69.291
Patrimônio líquido		<u>1.211.070</u>	<u>486.949</u>
Patrimônio social	8	1.211.070	486.949
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>1.338.687</u></u>	<u><u>556.240</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Receitas operacionais e deduções	9	2.932.343	1.612.301
Despesas operacionais		(2.717.512)	(1.207.872)
Despesas com projetos institucionais	10	(1.382.094)	(256.519)
Despesas com pessoal	11	(980.684)	(924.063)
Despesas gerais e administrativas	12	(245.235)	(24.766)
Despesas tributárias		(539)	(2.524)
SUPERÁVIT (DÉFICT) OPERACIONAL		323.791	404.429
Resultado financeiro líquido	13	54.523	17.187
SUPERÁVIT (DÉFICT) LÍQUIDO		378.314	421.616
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		378.314	421.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



INSTITUTO SIVIS
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
31 de dezembro de 2025
(Em reais)

	Patrimônio Social	Superavit Acumulado	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>68.515</u>	<u>-</u>	<u>68.515</u>
Ajuste de exercício anterior	-	(3.182)	(3.182)
Superavit do exercício	-	421.616	421.616
Resultado Abrangente Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>421.616</u>
Transferência para o Patrimônio Social	418.434	(418.434)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>486.949</u>	<u>-</u>	<u>486.949</u>
Ajuste de exercício anterior	-	345.807	345.807
Superavit do exercício	-	378.314	378.314
Resultado Abrangente Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>724.121</u>
Transferência para o Patrimônio Social	724.121	(724.121)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>1.211.070</u>	<u>-</u>	<u>1.211.070</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	781.979	437.883
Superavit líquido do exercício	378.314	421.616
Itens que não afetam o caixa		
Depreciação e amortização	61	4.449
Ajuste de exercício anterior	345.807	(3.182)
Variação nas contas de ativos e passivos		
(Aumento) Redução em impostos a recuperar	(529)	158
Aumento (Redução) em contas a pagar	69.755	-
Aumento (Redução) em obrigações sociais e trabalhistas	(12.421)	14.842
Aumento (Redução) em obrigações tributárias	992	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
Aumento (Redução) Líquido nos caixas e equivalentes de caixa	781.979	437.883
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	556.179	118.296
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.338.158	556.179
Aumento (Redução) Líquido nos caixas e equivalentes de caixa	781.979	437.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundado em 2011, o Instituto Sivis é uma organização da sociedade civil, apartidária e sem fins lucrativos, sediada em Curitiba (PR), com mais de uma década de atuação dedicada ao fortalecimento da cultura democrática no Brasil. Fundado com o propósito de fortalecer os verdadeiros valores democráticos, o Sivis atua por meio de educação para democracia, liberdade de expressão e pesquisa aplicada, mobilizando lideranças nacionais e internacionais em prol de uma sociedade mais colaborativa, honesta e democrática.

A missão institucional do Sivis é enraizar valores democráticos no coração dos brasileiros, como dignidade humana, igualdade, liberdade, confiança, honestidade e colaboração. Para isso, a organização desenvolve projetos e iniciativas que fomentam a participação cidadã, promovem a transparência, defendem direitos fundamentais e capacitam cidadãos e organizações.

Entre suas principais linhas de atuação estão:

- Defesa e promoção da democracia
- Educação para cidadania
- Liberdade de expressão
- Mobilização da sociedade civil
- Análise e melhoria de políticas públicas

O Instituto também realiza diagnósticos sistêmicos sobre cultura democrática, organiza eventos como as Semanas da Democracia, e mantém um painel interativo com mais de 100 indicadores sociopolíticos e cívicos. Essas ações são sustentadas por uma equipe multidisciplinar e por parcerias com instituições nacionais e internacionais.

A gestão do Sivis é orientada por valores como confiança, responsabilidade e foco em resultados, refletindo-se em práticas de governança, compliance e transparência que norteiam sua atuação institucional e financeira.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo:

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando às diretrizes contábeis emanadas da legislação

societária, os pronunciamentos técnicos (CPC's), a NBC TG 1000 (R1) em convergência as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros para Pequenas e Médias Empresas e pela ITG 2002 (R1), em vigor a partir de 02 de setembro de 2015, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que dispõe sobre as entidades sem finalidade de lucros.

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. A liquidação dessas transações envolvendo tais estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Aquelas áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.12.

2.1.1. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

A Administração avaliou os pronunciamentos, interpretações e alterações normativas emitidos e ainda não vigentes na data destas demonstrações contábeis e concluiu que não existem efeitos relevantes ou divulgações adicionais aplicáveis às operações do Instituto, razão pela qual não são apresentadas informações detalhadas sobre referidas alterações normativas.

2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos na demonstração contábil da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.3.1. CLASSIFICAÇÃO

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Entidade são classificados sob as seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo por meio do superávit ou déficit;
- Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;

- Mensurados ao custo amortizado.

a) Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do superávit ou déficit

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Entidade, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de Resultado Financeiro Líquido.

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade possuía caixa e equivalentes de caixa nessa classificação, conforme nota explicativa nº 4.

b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade não possuía saldos nesta classificação.

c) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo e subsequentemente são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2025, a entidade não possuía contas a pagar nessa classificação.

2.3.2. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Entidade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do superávit ou déficit.



Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do superávit ou déficit em seu Resultado Financeiro Líquido no período em que ocorrem.

Em 31 de dezembro de 2025 avaliamos os ativos financeiros conforme as práticas mencionadas acima e não identificamos risco de perda no valor recuperável na data do balanço.

2.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e que estão sujeitos a um insignificativo risco de mudança.

2.5. OUTRAS CONTAS A RECEBER E ADIANTAMENTOS

As outras contas a receber e adiantamentos correspondem aos valores a compensar adiantados a fornecedores, funcionários e terceiros, relacionados ao ramo de atuação da Entidade, os quais retornarão como serviços tomados e produtos adquiridos, seja como despesas ou investimentos em ativos fixos em geral, os quais devem atender os critérios de ativo, conforme NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas em sua Seção 2 - Conceitos e Princípios Gerais.

Quando existentes, tais outras contas a receber estão representadas no curso normal das atividades da Entidade, deduzidas de eventuais perdas por valor recuperável que, quando identificadas, terão o reflexo nas demonstrações do resultado da Entidade. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as outras contas a receber e adiantamentos são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.6. IMOBILIZADO

O imobilizado compreende principalmente edificações, equipamentos de informática, móveis e utensílios, instalações, instrumentos musicais, veículos, edificações em andamento, terrenos e ferramentas e acessórios e está mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada.



Os ganhos e as perdas de alienações, quando ocorrerem são determinados pela comparação dos resultados como o valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas e despesas", na demonstração do superávit ou déficit.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

<u>Grupo de Ativos</u>	<u>Anos</u>
Máquinas e Equipamentos	10
Móveis e Utensílios	10
Computadores e Periféricos	5

2.7. CONTAS A PAGAR

As contas a pagar são obrigações contraídas em contrapartida a aquisição de bens ou serviços junto a fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.8. PROVISÕES

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) e comissões são reconhecidas quando:

- i) Há uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados;
- ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e;
- iii) O valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos



específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.9. PATRIMÔNIO SOCIAL

Representa o patrimônio social do Instituto, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição, que são empregados integralmente nos objetivos sociais do Instituto, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

2.10. RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita compreende o valor de contribuições, patrocínios e doações reconhecidas no resultado quando recebidas no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros a reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos, reconhecidas pelo regime de competência, proporcionalmente ao tempo decorrido de acordo com a taxa efetiva de rendimentos.

As receitas oriundas de doações, contribuições e patrocínios, são registradas conforme determina a ITG 2002 (R1) – Entidades Sem Fins Lucrativos, quando da efetiva entrada dos recursos e cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas aos recebimentos.

2.11. RECONHECIMENTO DE DESPESAS

As despesas estão associadas a geração de caixa são predominantemente compostos por salários, benefícios a empregados, despesas administrativas, e serviços tomados. Além disso, contemplam a depreciação dos ativos relacionados aos custos das atividades da Entidade.

São reconhecidos ao resultado à medida que sua relação com o reconhecimento da receita é equivalente, ou quando não se espera recuperar o valor desembolsado, seguindo a premissa de recuperabilidade de ativos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.



2.12. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Abaixo o resumo das estimativas nestas demonstrações contábeis:

- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos não monetários (*Impairment*):** As projeções realizadas em 31 de dezembro de 2025 não apresentaram evidências de perda do valor recuperável em ativos.

2.13. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

- (i) **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Entidade, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Entidade elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

3.2. FATORES DE RISCOS FINANCEIROS

A gestão de risco é realizada pela Administração da Entidade, a qual identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece



princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota explicativa.

3.3. RISCO DE MERCADO

a) Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Seus limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

b) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Entidade e a Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Correspondem a valores mantidos em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, compostas substancialmente por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e fundos referenciados DI, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. As aplicações possuem rentabilidade vinculada ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), apresentando rentabilidade média de 10,84% nos últimos 12 meses. As receitas financeiras oriundas dessas aplicações são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência. Apresentam a seguinte composição:

	31.12.2025	31.12.2024
Banco conta movimento	831.110	117.524
Aplicações financeiras	507.048	438.655
	<u>1.338.158</u>	<u>556.179</u>



5. IMOBILIZADO

Referem-se, instalações, móveis, utensílios, computadores e periféricos. Ativos imobilizados adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da depreciação acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Abaixo a relação dos ativos imobilizados:

a) Abertura

	Vida útil	Custo histórico	Depreciação acumulada	31.12.2025	31.12.2024
Móveis e utensílios	10	15.080	(15.080)	-	-
Computadores e periféricos	5	26.364	(26.364)	-	-
Instalações	25	13.240	(13.240)	-	61
		<u>54.684</u>	<u>(54.684)</u>	<u>-</u>	<u>61</u>

b) Movimentação

Imobilizado	31.12.2025	Adição	Baixa	Transferência	31.12.2024
Móveis e utensílios	15.080	-	-	-	15.080
Equipamentos de informática	26.364	-	-	-	26.364
Instalações	13.240	-	-	-	13.240
Imobilizado em uso	54.684	-	-	-	54.684
(-) Móveis e utensílios	(15.080)	-	-	-	(15.080)
(-) Equipamentos de informática	(26.364)	-	-	-	(26.364)
(-) Instalações	(13.240)	(61)	-	-	(13.179)
Depreciações acumuladas	(54.623)	(61)	-	-	(54.623)
Imobilizado líquido	-				61

6. CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de contas a pagar totalizava R\$ 69.755 (não existiam saldos em 31 de dezembro de 2024), composto por obrigações decorrentes das atividades operacionais da Instituição, principalmente junto a fornecedores e prestadores de serviços.

Os valores registrados nessa rubrica possuem vencimento de curto prazo, sendo integralmente exigíveis em até 60 dias da data-base das demonstrações contábeis. Dessa forma, o saldo está classificado no passivo circulante e será liquidado conforme os prazos contratuais estabelecidos.



7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A redução dos encargos sociais decorre, principalmente, da diminuição do quadro de colaboradores ao longo do exercício. Já o aumento da rubrica de salários e remunerações a pagar está relacionado ao saldo de férias devidas aos colaboradores na data-base, diferentemente do observado no exercício anterior. Considerando a condição da Entidade como organização sem fins lucrativos, eventuais remunerações de administradores são apresentadas como remuneração de pessoal-chave da administração, quando aplicável.

A composição das obrigações sociais e trabalhistas é a seguinte:

	31.12.2025	31.12.2024
Remuneração pessoal chave	-	16.429
Salários a pagar	44.474	25.068
Encargos sobre folha	12.396	27.794
	<u>56.870</u>	<u>69.291</u>

8. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é constituído pelos resultados acumulados das atividades institucionais da Entidade, sendo integralmente destinado à manutenção de seus objetivos estatutários, observada a vedação de distribuição de resultados prevista na legislação aplicável às entidades sem fins lucrativos.

Em 2025, foi reconhecido ajuste de exercícios anteriores no montante de R\$ 345.807, registrado diretamente em ajuste de exercício anterior, referente à regularização de saldos de aplicações financeiras e respectivos rendimentos oriundos de exercícios anteriores, identificados no exercício corrente. O ajuste não transitou pelo resultado do exercício, em observância às práticas contábeis aplicáveis.

Dessa forma, o montante acumulado de superávit corresponde a R\$ 1.211.070 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 486.949 em 31 de dezembro de 2024.

9. RECEITAS OPERACIONAIS E DEDUÇÕES

As receitas da Entidade apresentaram aumento significativo no exercício de 2025. A variação observada em donativos de pessoas jurídicas decorre principalmente da ampliação da parceria institucional com empresas de tecnologia, resultando no aumento dos recursos recebidos. Adicionalmente, houve incremento nas receitas de prestação de serviços em razão da inclusão da Entidade no PRONAC (Programa



Nacional de Apoio à Cultura), que permitiu o desenvolvimento e a execução de novos projetos vinculados às suas finalidades institucionais.

A reconciliação da receita operacional líquida é a seguinte:

	31.12.2025	31.12.2024
Patrocínios	1.018.180	751.512
Receitas com donativos - pessoas jurídicas	1.614.999	667.872
Receitas com donativos - pessoas físicas	159.575	185.940
Vendas das 2ª coletâneas	984	5.980
Prestação de serviços	139.339	997
Receita Bruta	2.933.077	1.612.301
(-) ISS	(424)	-
(-) COFINS	(255)	-
(-) PIS	(55)	-
Tributos	(734)	-
Total	2.932.343	1.612.301

10. DESPESAS COM PROJETOS INSTITUCIONAIS

As despesas com projetos institucionais apresentam a seguinte composição:

	31.12.2025	31.12.2024
Portfólio	(31.650)	(150.695)
Marketing / Captação	(65.316)	(14.235)
Virtuar	(140.178)	(52.836)
Voxius	(920.445)	-
Serviços Rouanet	-	(6.900)
Impacto	-	(792)
Despesas Institucionais	(224.505)	(31.061)
	(1.382.094)	(256.519)

O aumento das despesas com o Projeto Voxius decorre da ampliação das atividades desenvolvidas pelo Centro Voxius de Liberdade de Expressão, iniciativa do Instituto Sivis voltada à realização de pesquisas, publicações, capacitações, eventos e ações de participação no debate público.

A variação da rubrica de despesas institucionais é explicada, substancialmente, pelas comissões pagas à empresa responsável pela assessoria na captação de recursos junto empresa de tecnologia. O aumento dessa despesa está diretamente vinculado ao crescimento das receitas de doações da parceria, conforme detalhado na nota explicativa nº 9.



11. DESPESAS COM PESSOAL

As despesas com pessoal apresentam a seguinte composição:

	31.12.2025	31.12.2024
Salários	(292.678)	(468.841)
Remuneração pessoal chave	(316.236)	(254.930)
Férias	(56.109)	(44.285)
13º Salário	(40.748)	(31.726)
Encargos	(50.704)	(47.889)
Benefícios	(96.755)	(49.792)
Outras despesas (i)	(127.454)	(26.600)
	<u>(980.684)</u>	<u>(924.063)</u>

- (i) A variação da rubrica decorre substancialmente do reconhecimento de despesas rescisórias relacionadas ao encerramento de contratos de trabalho ocorridos durante o exercício. Tal movimentação está diretamente relacionada à redução do quadro de colaboradores da Entidade, evidenciada também pela diminuição das despesas com salários no período.

12. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas apresentam a seguinte composição:

	31.12.2025	31.12.2024
Despesas gerais (i)	(150.363)	(10.435)
Serviços de terceiros	(40.212)	(9.882)
Assessoria administrativa (ii)	(54.660)	-
Depreciação e amortização	-	(4.449)
	<u>(245.235)</u>	<u>(24.766)</u>

- (i) A variação da rubrica decorre substancialmente da contratação de empresa especializada em consultoria, gestão e execução de projetos culturais e esportivos viabilizados por meio das Leis de Incentivo Fiscal. A empresa em questão atua na assessoria de entidades e patrocinadores em todas as etapas dos projetos, incluindo elaboração, tramitação, captação de recursos, coordenação administrativo-financeira e prestação de contas.
- (ii) Os gastos incorridos referem-se aos serviços técnicos especializados prestados para apoio à gestão de projetos incentivados, acompanhamento operacional e atendimento às exigências administrativas e de prestação de contas dos



recursos vinculados às atividades da Entidade. Dessa forma, a variação observada entre os exercícios não representa um aumento recorrente das despesas administrativas ordinárias, mas decorre principalmente da contratação desses serviços especializados no período

13. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido apresenta a seguinte composição:

	31.12.2025	31.12.2024
Rendimentos aplicações financeiras	54.583	18.565
Receitas financeiras	54.583	18.565
Despesas bancárias	-	(1.378)
Juros e correções monetárias	(60)	-
Despesas financeiras	(60)	-
Resultado financeiro líquido	54.523	17.187

14. PROVISÕES PASSIVAS

As provisões para contingência são constituídas levando em consideração a legislação em vigor, a opinião de assessores legais, a natureza e o posicionamento dos tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitiram estimar o seu valor. A Administração considera que as provisões existentes nas datas bases apresentadas são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

Em 31 de dezembro de 2025, não há processos judiciais prováveis de perdas, logo, a Entidade não tem a obrigação de escrituração no balanço.

15. PARTES RELACIONADAS

O Instituto finalizou em 2022 as operações de empréstimos com pessoal chave, com recursos destinados à execução dos projetos e objetos previstos no Estatuto Social, no montante de R\$ 480.000. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam saldos ativos ou passivos com partes relacionadas.

a) Remuneração da diretoria

Conforme seção 33 - Partes Relacionadas da NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas, o montante total da remuneração do pessoal chave da Administração da Entidade foi de R\$ 316.236 em 31 de dezembro de 2025, conforme



nota explicativa nº 11 na despesa com remuneração de pessoal chave. Para 31 de dezembro de 2024 o montante foi de R\$ 254.930.

16. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável sem finalidade de lucros, o Instituto identificou e mensurou os trabalhos voluntários por ele recebidos durante o exercício de 2025 e 2024. O valor de trabalho voluntário foi reconhecido com base em estimativas de valor justo correspondentes a cada um dos serviços recebidos e está assim sumarizado:

	31.12.2025	31.12.2024
Conselheiros	145.500	144.362
	<u>145.500</u>	<u>144.362</u>

Os valores acima não tiveram desembolso de caixa correspondente, não tendo sido reconhecidos em 2025 e 2024 como despesa operacional na demonstração do resultado, sem efeito no superávit do exercício.

17. GRATUIDADE E BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Durante os exercícios de 2025 e 2024, o Instituto realizou atividades gratuitas voltadas à promoção da cultura democrática, educação cidadã, disseminação de conhecimento, realização de eventos, seminários, pesquisas e ações de mobilização social. Os benefícios concedidos à comunidade não foram objeto de mensuração financeira individualizada, contudo tais atividades integram diretamente a missão institucional da Entidade e foram realizadas de forma gratuita aos participantes e beneficiários. As ações desenvolvidas incluíram capacitações, eventos educacionais, produção e divulgação de conteúdos e iniciativas voltadas ao fortalecimento da participação cívica e democrática.

18. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos obtidos pelo Instituto foram integralmente aplicados em suas finalidades institucionais em território nacional, em conformidade com seu Estatuto Social.

19. AUSÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

O Instituto não distribuiu resultados, dividendos, bonificações, vantagens ou parcelas do patrimônio, sob qualquer forma, a dirigentes, associados, instituidores ou mantenedores.

20. RENÚNCIA FISCAL

O Instituto beneficia-se dos benefícios tributários aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, observando os requisitos previstos na Constituição Federal e demais legislações aplicáveis às entidades do Terceiro Setor.

A Administração declara que, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

- a) não distribuiu superávits, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto, a associados, conselheiros, dirigentes, instituidores, mantenedores ou terceiros;
- b) aplicou integralmente seus recursos, rendas e eventual superávit na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais, em conformidade com as finalidades previstas em seu Estatuto Social;
- c) manteve escrituração contábil regular de suas receitas, despesas, ativos e passivos, observando as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros;
- d) preservou a documentação comprobatória das operações realizadas e dos recursos recebidos e aplicados, permitindo adequada prestação de contas a seus usuários, financiadores e órgãos de controle;
- e) desenvolveu suas atividades em benefício da coletividade e em consonância com suas finalidades estatutárias, sem objetivo de obtenção de lucro para seus associados ou administradores.

Em atendimento à ITG 2002 (R1), os efeitos econômicos da renúncia fiscal são divulgados nestas demonstrações contábeis para fins de evidenciação dos benefícios tributários inerentes às atividades desenvolvidas pela Entidade.

A manutenção das imunidades, isenções e demais benefícios fiscais está condicionada ao cumprimento permanente dos requisitos legais e estatutários aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, os quais, segundo avaliação da Administração, foram integralmente observados durante os exercícios apresentados.

Abaixo a reconciliação dos tributos constantes na renúncia fiscal:



	31.12.2025	31.12.2024
Base de Cálculo	378.314	421.616
Imposto de Renda (15% + 10% adicional)	70.578	63.242
Contribuição Social (9%)	34.048	37.945
Total de IRPJ / CSLL	104.626	101.188
PIS/ COFINS s/ Receita (9,65%)	282.971	155.587
COFINS s/ Receita financeira (4%)	2.183	743
Total de PIS e COFINS	285.154	156.330
Total da Renúncia Fiscal	389.780	257.517

* * * * *